

MINAS GERAIS

DIÁRIO DO EXECUTIVO

SÁBADO, 06 DE ABRIL DE 2024 – 7

Secretaria de Estado de Agricultura,  
Pecuária e Abastecimento

Secretário: Thales Almeida Pereira Fernandes

Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA

Diretor-Geral: Antônio Carlos de Moraes

ATO 231/2024 - O Diretor Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 12, inciso III, do Decreto nº 47.859, de 07/02/2020, RETIFICA o ato 197/2024, publicado em 02/04/2024, no que se refere ao servidor OROZIMBO DE ASSIS PEREIRA, Masp 0901117-2, onde se lê, “4º, 5º, 6º e 7º “, leia-se, “5º, 6º, 7º e 8º”.

ATO 232/2024 - O Diretor Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 12, inciso III, do Decreto nº 47.859, de 07/02/2020, RETIFICA o ato 208/2024, publicado em 02/04/2024, no que se refere a servidora RACHEL RODARTE SILVA, Masp 1017181-7, onde se lê, “ 7(sete) meses e 20 (vinte) dias”, leia-se, “ 5(cinco) meses e 20 (vinte) dias”.

ATO 233/2024 - O Diretor Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 12, inciso III, do Decreto nº 47.859, de 07/02/2020, APOSENTA, a partir de 05/04/2024, com proventos integrais nos termos do artigo 144 do ADCT da CE/89, incluído pela Emenda Constitucional Estadual nº 104, de 15 de setembro de 2020 combinado com o artigo 6º da Emenda à Constituição Federal nº41/03, o servidor CARLOS ANTONIO DE MATOS, Masp 1017196-5, cargo Fiscal Assistente Agropecuário, Nível VI, Grau C.

ATO 234 /2024- O Diretor Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 12, inciso III, do Decreto nº 47.859, de 07/02/2020, CONVERTE o saldo de 02 (dois) meses de férias prêmio em espécie, nos termos do art. 117 do ADCT da CE/1989, ao servidor CARLOS ANTONIO DE MATOS, Masp 1017196-5, cargo Fiscal Assistente Agropecuário, Nível VI, Grau C, a partir de 05/04/2024, data de sua aposentadoria.

ATO 235/2024 - O Diretor Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 12, inciso III, do Decreto nº 47.859, de 07/02/2020, DISPENSA, nos termos do Decreto 46.548, de 27 de junho de 2014, da Gratificação por Atividade de Fiscalização Agropecuária - GAFISA, código IM 641, do servidor CARLOS ANTONIO DE MATOS, Masp 1017196-5.

ATO 236 /2024 - O Diretor Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 12, inciso III, do Decreto nº 47.859, de 07/02/2020, APOSENTA, a partir de 05/04/2024, com proventos integrais nos termos do artigo 144 do ADCT da CE/89,

incluído pela Emenda Constitucional Estadual nº 104, de 15 de setembro de 2020 combinado com o artigo 6º da Emenda à Constituição Federal nº41/03, o servidor WALMIR PERUSSO, Masp 1017238-5, cargo Fiscal Agropecuário, Nível V, Grau E, com direito a remuneração de origem acrescida de 20% do cargo em comissão de Chefe de Escritório Seccional.

ATO 237/2024 - O Diretor Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 12, inciso III, do Decreto nº 47.859, de 07/02/2020, CONVERTE o saldo de 08 (oito) meses de férias prêmio em espécie, nos termos do art. 117 do ADCT da CE/1989, ao servidor WALMIR PERUSSO, Masp 1017238-5, cargo Fiscal Agropecuário, Nível V, Grau E, a partir de 05/04/2024, data de sua aposentadoria.

ATO 238/2024 - O Diretor Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 12, inciso III, do Decreto nº 47.859, de 07/02/2020, DISPENSA, nos termos do Decreto 46.548, de 27 de junho de 2014, da Gratificação por Atividade de Fiscalização Agropecuária - GAFISA, código IM 742, do servidor WALMIR PERUSSO, Masp 1017238-5.

ATO 239/2024 - O Diretor Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 12, inciso III, do Decreto nº 47.859, de 07/02/2020, CONCEDE LICENÇA À GESTANTE, nos termos do inciso XVIII do art. 7º da CR/1988, à servidora LIDIA MARIA DA SILVA, Masp 1553721-0, por um período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 31/03/2024.

Antônio Carlos de Moraes  
Diretor Geral

05 1924931 - 1

O Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária, no uso de suas atribuições, dispensa WALMIR PERUSSO, MASP 1017238-5, da função gratificada FGI-4 IM1100278, a contar de 05/04/2024.

05 1925200 - 1

Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Secretário: Leônidas José de Oliveira

Expediente

A DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução SECULT Nº71, 21 de outubro de 2021:

RETIFICAÇÃO: Retifica a publicação do “MG” de 05/04/2024 que concedeu 3 meses de férias prêmio ao servidor Masp 388168-7, onde se lê: LUIZ ANDRE MARTINS DOS SANTOS, leia-se: ANDRE LUIZ MARTINS DOS SANTOS.

Atos da Diretora de Recursos Humanos  
SIMONE LINS JANSEN

05 1924927 - 1

CONVOCAÇÃO  
1ª REUNIÃO ORDINÁRIA/2024 – CONEP  
A presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 9º do Decreto 44.785/2008, torna pública a realização da 1ª Reunião Ordinária/2024 do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural – CONEP, a ser realizada no dia 11 de abril de 2024, quinta-feira, às 9h30, na sede do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico

do Estado de Minas Gerais – IEPHA/MG na Praça da Liberdade, 470 – 3º andar – Prédio Verde.  
A pauta da reunião abrangerá os seguintes assuntos:  
1 – Leitura e apreciação da Ata da 1ª Reunião Extraordinária/2023, realizada em 16 de outubro de 2023;  
2 – Análise e Deliberação: Processo de Tombamento Estadual nº 167/2019 – Centro Histórico de Januária;  
3 – Análise e Deliberação: Revalidação do Registro da Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Chapada do Norte;  
4 – Assuntos Gerais.  
Ficam por meio desta convocados os conselheiros que de outra forma não o foram e cientes os demais interessados, que poderão participar da reunião desde que se credenciem com antecedência mínima de 48 horas, de acordo com Artigo nº 13 do Regimento Interno do CONEP (Decreto 44.785/08) - email: secretariaexecutiva.conep@iepha.mg.gov.br.

Marília Palhares Machado  
Secretária-executiva do CONEP  
Presidente do IEPHA/MG  
Belo Horizonte, 5 de abril de 2024

05 1925165 - 1

Fundação Clóvis Salgado - FCS

Presidente: Sérgio Rodrigo Reis

RETIFICAÇÃO PORTARIA Nº 07, DE 19 DE MARÇO DE 2024  
RETIFICA O ANEXO I.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CLÓVIS SALGADO, torna pública a retificação da Portaria nº 07/2024, publicada no Minas Gerais no dia 23 de março de 2024, Diário do Executivo, páginas 5 e 6.

Art. 1º Fica alterado o Anexo I da presente Portaria.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições estabelecidas na portaria nº 07/2024.

Sérgio Rodrigo Reis  
Presidente da Fundação Clóvis salgado

ANEXO I	
FUNDAÇÃO CLÓVIS SALGADO :: TABELA DE VALORES	
PALÁCIO DAS ARTES	
GRANDE TEATRO . EVENTO CULTURAL	Valores expressos em UFEMG
Grande Teatro para ESPETÁCULO CULTURAL de caráter artístico COM BILHETERIA.Produtores culturais, artistas e grupos mineiros ou radicados em Minas Gerais será cobrada a Taxa Mínima de 2.074,99 UFEMG ou 11% da arrecadação bruta de bilheteria, ou seja, a arrecadação que for maior.	2.074,99
Grande Teatro para ESPETÁCULO CULTURAL de caráter artístico COM BILHETERIA.Produtores culturais estabelecidos fora de Minas Gerais será cobrada a Taxa Mínima de 2.074,99 UFEMG ou 16% da arrecadação bruta de bilheteria,o que for maior valor	2.074,99
taxa de reserva de pauta para ESPETÁCULO CULTURAL de caráter artístico COM BILHETERIA no Grande Teatro.	881,41
Grande Teatro para EVENTO CULTURAL FECHADOsem cobrança de ingresso	3.029,86
Taxa de reserva para EVENTO CULTURAL FECHADO no Grande Teatro.	30% do valor do contrato
1 dia de montagem/desmontagem para EVENTO CULTURAL no Grande Teatro. De 9h às 23h	1.175,22
2 dias de montagem/desmontagem para EVENTO CULTURAL no Grande Teatro. De 9h às 23h	2.680,97
3 dias de montagem/desmontagem para EVENTO CULTURAL no Grande Teatro. De 9h às 23h	4.517,24
Acima de 3 dias de montagem/desmontagem para EVENTO CULTURAL no Grande Teatro, acrescentar, por dia. De 9h às 23h.	1.542,47
GRANDE TEATRO . EVENTO EMPRESARIAL	
Valores expressos em UFEMG	
Grande Teatro para EVENTO EMPRESARIAL:Congressos, Conferências, Reuniões, Treinamentos, Lançamentos de produtos, Eventos Educacionais, Eventos em Geral sem utilização da ticketeira da casa.	9.879,17
Grande Teatro para Campanhas publicitárias, catálogo de moda e similares.	3.690,71
Taxa de reserva	30% do valor do contrato
1 dia de montagem/desmontagem para EVENTO EMPRESARIAL no Grande Teatro.	1.726,10
2 dias de montagem/desmontagem para EVENTO EMPRESARIAL no Grande Teatro.	4.315,25
3 dias de montagem/desmontagem para EVENTO EMPRESARIAL no Grande Teatro.	7.749,09
Acima de 3 dias de montagem/desmontagem para EVENTO EMPRESARIAL no Grande Teatro, acrescentar, por dia.	2.552,43

FOYER	Valores expressos em UFEMG
Foyer para EVENTO CULTURAL	2.166,81
Foyer para EVENTO EMPRESARIALCongressos, Conferências, Reuniões, Treinamentos, Lançamentos de produtos, Eventos Educacionais, Eventos em Geral sem utilização da ticketeira da casa.	6.445,33
Taxa de reserva	30% do valor do contrato
DIÁRIA de montagem/desmontagem para EVENTO CULTURAL no Foyer.	260,00
DIÁRIA de montagem/desmontagem para EVENTO EMPRESARIAL no Foyer.	773,52

GRANDE TEATRO E FOYER	Valores expressos em UFEMG
Grande Teatro e Foyer para EVENTO CULTURAL FECHADO	3.977,69
Grande Teatro e Foyer para EVENTO EMPRESARIALCongressos, Conferências, Reuniões, Treinamentos, Lançamentos de produtos, Eventos Educacionais, Eventos em Geral sem utilização da ticketeira da casa.	12.486,69
Taxa de reserva	30% do valor do contrato

HALL DE ENTRADA E HALL DE BILHETERIA	Valores expressos em UFEMG
Hall de Bilheteria para stands e credenciamentos - Evento Empresarial.	1.579,20
Hall Entrada/Hall de Bilheteria para exposição publicitária. O Uso desse espaço é restrito e deverá ser avaliado por comissão por se tratar da entrada do Palácio das Artes	5.692,46
Hall de Entrada - Evento Cultural. O Uso desse espaço é restrito e deverá ser avaliado por comissão por se tratar da entrada do Palácio das Artes	1.195,52
Hall de Bilheteria - Evento Cultural	331,64
Taxa de reserva	30% do valor do contrato
DIÁRIA de montagem/desmontagem para EVENTO CULTURAL no Hall de Entrada.	143,47
DIÁRIA de montagem/desmontagem para EVENTO CULTURAL no Hall de Bilheteria.	39,77
DIÁRIA de montagem/desmontagem para EVENTO EMPRESARIAL no Hall de Entrada.	683,09
DIÁRIA de montagem/desmontagem para EVENTO EMPRESARIAL no Hall de Bilheteria.	189,49

JARDIM	Valores expressos em UFEMG
O uso desse espaço deverá estar de acordo com as demais atividades presentes no Palácio das Artes, respeitando as entradas e passagens das Galerias.	
Jardim Interno - Evento cultural	532,52
Jardim Interno -Evento Empresarial -(Feiras, Congressos, Conferências, Reuniões, Treinamentos, Lançamentos de produtos, Eventos Educacionais, Eventos em Geral sem utilização da ticketeira da casa).	1.046,68
Jardim Parque Municipal - Evento Cultural	403,98
Jardim Parque Municipal -Evento empresarial (Feiras, Congressos, Conferências, Reuniões, Treinamentos, Lançamentos de produtos, Eventos Educacionais, Eventos em Geral sem utilização da ticketeira da casa)	826,32
DIÁRIA de montagem/desmontagem para EVENTO CULTURAL no Jardim Interno.	63,92
DIÁRIA de montagem/desmontagem para EVENTO EMPRESARIAL no Jardim Interno.	125,61
DIÁRIA de montagem/desmontagem para EVENTO CULTURAL no Jardim Parque Municipal.	48,50
DIÁRIA de montagem/desmontagem para EVENTO EMPRESARIAL no Jardim Parque Municipal.	99,15

SALA JUVENAL DIAS   TEATRO JOÃO CESCHIATTI	Valores expressos em UFEMG
Sala Juvenal Dias ou Teatro João Ceschiatti para ESPETÁCULO CULTURAL de caráter artístico COM BILHETERIA. Não há taxa de reserva de pauta. Não há taxa mínima para incentivo às produções.	11% da arrecadação bruta de bilheteria.
Sala Juvenal Dias ou Teatro João Ceschiatti para ESPETÁCULO CULTURAL SEM COBRANÇA DE INGRESSO.	477,43
Sala Juvenal Dias ou Teatro João Ceschiatti para EVENTO EMPRESARIAL(Feiras, Congressos, Conferências, Reuniões, Treinamentos, Lançamentos de produtos, Eventos Educacionais, Eventos em Geral sem utilização da ticketeira da casa)	1.175,22
taxa de reserva de pauta para evento sem bilheteria (cultural ou empresarial).	30% do valor do contrato
DIÁRIA de montagem/desmontagem para EVENTO CULTURAL na Sala Juvenal Dias ou Teatro João Ceschiatti.	57,27
DIÁRIA de montagem/desmontagem para EVENTO EMPRESARIAL na Sala Juvenal Dias ou Teatro João Ceschiatti.	141,02

ESPAÇO MULTIUSO MARI’STELLA TRISTÃO	Valores expressos em UFEMG
Evento Cultural	566,06
Evento Empresarial(Feiras, Congressos, Conferências, Reuniões, Treinamentos, Lançamentos de produtos, Eventos Educacionais, Eventos em Geral sem utilização da ticketeira da casa)	1.688,49
Exposição de Artes Visuais - Período máximo de 3 meses	2.841,07
Taxa de reserva	30% do valor do contrato
Taxa de montagem/desmontagem - Evento Cultural	67,91
Taxa de montagem/desmontagem - Evento Empresarial	202,04

CINE HUMBERTO MAURO	Valores expressos em UFEMG
Evento não relacionado à programação do cinema	1.175,22
Evento relacionado à programação do cinema	403,98
Exibição de filme/sessão. Máximo, 2 horas e 30 minutos de duração.	189,52

SERRARIA SOUZA PINTO	Valores expressos em UFEMG
CATEGORIA DO EVENTO	
SSP - Espetáculos/Shows, com bilheteria de natureza cultural	4.957,95
SSP - Eventos de natureza cultural em geral (feiras, congressos, exposições, festivais e similares)	2.993,13
SSP - Evento Empresarial ou institucional (feiras, congressos, convenções, festas corporativas assinadas pela própria empresa, sem representante e similares)	4.094,90
SSP - Eventos de caráter particular (formaturas - agências que representam conjunto de alunos ou funcionários, festas, casamentos, coquetéis, jantares, etc).	6.886,04
SSP - Colação de Grau (de 18:00 horas às 23:00 horas)	3.443,02
SSP- Realização – Pós-baile de formatura (de 05:00 às 12:00 horas) - as áreas extras ainda utilizadas deverão ter cálculo de valor proporcional	4.016,86
SSP - Outros (campanha publicitária, catálogo de moda e similares)	2.047,45

ESPAÇOS	Valores expressos em UFEMG
Área para montagem - Calçadaão - uso do espaço com qualquer tipo de estrutura de montagem, que não seja só passagem	275,44
Sala de apoio	238,72
Lanchonete (área de copa)	330,53
Área externa para estacionamento	422,34
Área externa do estacionamento para montagem - uso do espaço com qualquer tipo de estrutura de montagem, que não seja só estacionamento	1.340,48
Mezanino/Camarotes (unitário)	309,87

MONTAGEM   DESMONTAGEM	Valores expressos em UFEMG
Montagens e desmontagens diurnas(das 8 às 18:00 horas). Até duas horas adicionais será cobrado fracionamento do valor da diária. Ultrapassadas as duas horas adicionais será cobrado o valor cheio.	1.175,22
Montagens e desmontagens diurnas(das 8 às 18:00 horas) a partir do 3º dia somados montagem e desmontagem. Até duas horas adicionais será cobrado fracionamento do valor da diária. Ultrapassadas as duas horas adicionais será cobrado o valor cheio.	1.251,48
Montagens/desmонтаgens noturnas (de 18:00 às 08:00 horas).	1.597,56
Montagens/desmонтаgens noturnas (de 18:00 às 08:00 horas). A partir do 3º dia,somados montagem e desmontagem.	1.700,88
Taxa de reserva	30% do valor do contrato
1. Os percentuais constantes da Tabela incidem sobre o valor total de contrato.	
2. Os valores das taxas de autorização de uso são cotados por dia de Evento.	
3. Quitação total do pagamento até 10 (dez) dias antes do evento.	
4. Valor de diária corresponde à categoria do item/evento. Mais de uma categoria, com público distinto ou ampliando horário de uso, deverá ser cobrado pelas duas finalidades. Exemplo: feira de dia e show cultural à noite caso tenha ingressos e/ou horários diferenciados.	
5.Para todos os espaços que serão utilizados no período do pós-baile, será cobrado proporcionalmente referente a 7h de utilização.	
6. É recomendado para todos os eventos a serem realizados na Serraria, diária completa de montagem e, no mínimo, uma diária de desmontagem/ limpeza, para garantir que seja cumprido todos os itens de vistoria.	
7. Para eventos que refazem toda a montagem no dia seguinte ao primeiro dia de realização, é necessário que seja paga a diária de montagem novamente pois o item pago de realização não cobre horário de montagem. Exemplo colação, dia seguinte montagem para o baile com a ser realizado no outro dia.	

FILMAGENS PARA CINEMA E AUDIOVISUAL - 8H DIÁRIA	Valores expressos em UFEMG
ESPAÇOS	
Grande Teatro , incluindo o Foyer	568,21
Hall de Bilheteria, incluindo Hall de Entrada	151,52
Sala Juvenal Dias, Teatro João Ceschiatti, Jardins Interno e do Parque	151,52
Grande Galeria	227,28
Galeria Genesco Murta, Arlinda Correia, Pequena Galeria e Espaço Mari’Stella Tristão	151,52
Cine Humberto Mauro	151,52
Sala ensaio da Orquestra Sinfonica de Minas Gerais	284,10
Sala do Coral Lirico de Minas Gerais	284,10
Estudios Cia de Dança de Minas Gerais	284,10
Serraria Souza Pinto (somente o galpão)	757,61
CEFART - Sala 8 (paredes brancas com janelas e piso de linóleo) = 68,20m²	94,70
CEFART - Sala 9 ( sala de aula tradicional com mesas, cadeiras e piano) = 48,62m²	94,70
CEFART - Sala 10 (Sala com cortinas e paredes pretas. Contém vara de luz e piso de linóleo e caixa de som) = 55,80m²	151,52
CEFART - Sala de Video (Auditório com 41 lugares. Possui projetor e tela) = 46,05m²	151,52
CEFART - Estudio A - Sala Carlos Leite ( Estúdio de dança com linólio e piano) = 167,41m²	340,92
CEFART - Estudio B - Sala Helena Vasconcelos ( Estúdio de dança com linólio e piano) = 94,13m²	189,40
Cefart Liberdade ( Escola de Musica com 11 salas de tamanhos diversos, com pianos e instrumentos)	378,80



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 320240406031103017.



CENTRO DE FORMAÇÃO ARTÍSTICA - CEFART	
ESPAÇOS	Valores expressos em UFEMG
Sala 8 (paredes brancas com janelas e piso de linóleo) = 68,20m²	94,70
Sala 9 ( sala de aula tradicional com mesas, cadeiras e piano) = 48,62m²	94,70
Sala 10 (Sala com cortinas e paredes pretas. Contém vara de luz e piso de linóleo e caixa de som) = 55,80m²	151,52
Sala de Vídeo (Auditório com 41 lugares. Possui projetor e tela) = 46,05m²	151,52
Estúdio A - Sala Carlos Leite ( Estúdio de dança com linóleo e piano) = 167,41m²	340,92
Estudio B - Sala Helena Vasconcelos ( Estúdio de dança com linóleo e piano) = 94,13m²	189,40
Cefart Liberdade I (Escola de Musica com 11 salas de tamanhos diversos, com pianos e instrumentos)	378,80
OUTROS SERVIÇOS NA FUNDAÇÃO CLOVIS SALGADO	
APRESENTAÇÃO DOS CORPOS ARTÍSTICOS	Valores expressos em UFEMG
Orquestra Sinfônica do Estado de Minas Gerais - Programa de 90 minutos	17.192,59
Orquestra Sinfônica do Estado de Minas Gerais - Programa de 60 minutos	12.034,81
Orquestra Sinfônica do Estado de Minas Gerais - Programa de 30 minutos	8.596,29
Coral Lírico do Estado de Minas Gerais - Programa de 60 minutos	5.009,46
Sala de Ensaio da Orquestra Sinfonica de Minas Gerais	1.136,42
Grande Estudio da Cia de Dança Palácio das Artes	1.136,42
Pequeno Estudio da Cia de Dança Palácio das Artes	568,21
Sala do Coral Lírico de Minas Gerais (68 cadeiras)	568,21
APRESENTAÇÕES EXTERNAS (+ DESPESAS)	Valores expressos em UFEMG
Coral Lírico do Estado de Minas Gerais - Programa de 60 minutos	6.957,58
Orquestra Sinfônica do Estado de Minas Gerais - Programa de 90 minutos	17.192,59

05 1924750 - 1

## Fundação Instituto de Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - Iepha-MG

Presidente: Marília Palhares Machado

PORTARIA IEPHA-MG Nº 08/2024

A Presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG, no uso de suas atribuições, conforme disposto no art. 8º, inciso I, do Decreto Estadual nº 47.921, de 22 de abril de 2020, RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão na carreira aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, constantes no Anexo I desta Portaria, considerando o disposto no artigo 18 da Lei nº 15.467, de 13 de janeiro de 2005.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Belo Horizonte, 04 de abril de 2024.  
MARÍLIA PALHAES MACHADO  
Presidente

ANEXO I

MASP	NOME DO SERVIDOR	CARGO EFETIVO	SITUAÇÃO ANTERIOR A PROGRESSÃO		SITUAÇÃO POSTERIOR A PROGRESSÃO		VIGÊNCIA
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU	
1164756-7	CLEISON CARVALHO DA SILVA	TGPR	III	B	III	C	28-03-2024

05 1924879 - 1

PORTARIA IEPHA-MG Nº 07/2024

A Presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso I, artigo 8º, do Decreto nº. 47.921, de 22 de abril de 2020, RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo para, sem prejuízo de suas atuais atribuições, responderem e coordenarem os respectivos Núcleos da Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças:

I – Gerência de Planejamento, Orçamento e Finanças - GPof:

a) Núcleo de Planejamento e Orçamento – Coordenador: Júlia Gontijo de Sousa, Masp. 1.152.310-7;

b) Núcleo de Contabilidade e Finanças – Coordenador: Paulo Roberto Amaral Prates, Masp.1.180.488-7.

II – Gerência de Logística, Manutenção e Modernização Institucional - GLMMI:

a) Núcleo de Logística e Manutenção – Coordenadora: Maria Laura Rezende Botelho, MASP 1.567.289-2;

b) Núcleo de Modernização Institucional – Coordenador: Cleison Carvalho da Silva, Masp. 1.164.756-7.

Art. 2º Os Núcleos possuem as seguintes competências:

I – O Núcleo de Planejamento e Orçamento - NPO, tem por finalidade coordenar as atividades de planejamento e orçamento do IEPHA-MG, competindo-lhe:

§ 1º - coordenar o processo de elaboração, revisão, monitoramento e avaliação do Plano Plurianual de Ação Governamental;

§ 2º - coordenar a elaboração da proposta orçamentária;

§ 3º - elaborar a programação orçamentária da despesa;

§ 4º - acompanhar e controlar a execução orçamentária da receita e da despesa;

§ 5º - avaliar a necessidade de recursos adicionais e elaborar as solicitações de créditos suplementares a serem encaminhadas ao órgão central de planejamento e orçamento;

§ 6º - responsabilizar-se pela gestão orçamentária dos fundos dos quais o Iepha-MG participa como instituição gestora;

§ 7º - acompanhar e avaliar o desempenho global do Iepha-MG, a fim de subsidiar as decisões relativas à gestão de receitas e despesas, visando à alocação eficiente dos recursos e o cumprimento de objetivos e metas estabelecidos;

§ 8º - executar, controlar e avaliar as atividades relativas ao processo de realização da despesa e receita pública e execução financeira, observando as normas que disciplinam a matéria;

II – O Núcleo de Contabilidade e Fianças - NCF, tem por finalidade zelar pelo equilíbrio contábil financeiro no âmbito do IEPHA-MG, competindo-lhe:

§ 1º - executar, controlar e avaliar as atividades relativas ao processo de realização da despesa e receita pública e execução financeira, observando as normas que disciplinam a matéria;

§ 2º - acompanhar, orientar e executar o registro dos atos e fatos contábeis, observada a legislação aplicável à matéria;

§ 3º - monitorar, manter e restabelecer a regularidade fiscal, contábil, econômico-financeira e administrativa dos cadastros vinculados ao Iepha-MG, bem como disponibilizar informações aos órgãos competentes;

§ 4º - acompanhar e avaliar o desempenho financeiro global do Iepha-MG, a fim de subsidiar a tomada de decisões estratégicas, no tocante ao cumprimento das obrigações e ao atendimento aos objetivos e metas estabelecidos;

§ 5º - realizar as tomadas de contas dos responsáveis pela execução do exercício financeiro e demais tomadas de contas que se façam necessárias;

§ 6º - elaborar os relatórios de prestação de contas do Iepha-MG e dos termos de parceria, convênios, acordos e instrumentos congêneres em que o Instituto seja parte;

§ 7º - atuar de forma conjunta com a Unidade Setorial de Controle Interno na proposição de melhorias nos processos de contratação e execução;

§ 8º - acompanhar e avaliar o desempenho global do Iepha-MG, a fim de subsidiar as decisões relativas à gestão de receitas e despesas, visando à alocação eficiente dos recursos e o cumprimento de objetivos e metas estabelecidos;

III –O Núcleo de Logística e Manutenção - NLM, tem como competência propiciar o apoio administrativo e logístico às unidades administrativas do Iepha-MG, com atribuições de:

§ 1º - gerenciar e executar as atividades de administração de material, de serviços e de controle do patrimônio mobiliário e imobiliário, inclusive dos bens cedidos;

§ 2º - planejar e controlar as atividades de transportes, de guarda e manutenção de veículos do Iepha-MG, de acordo com as determinações das regulamentações específicas relativas à gestão da frota oficial;

§ 3º - instaurar, instruir e gerir processos de alienação, doação e concessão de bens móveis;

§ 4º - responsabilizar-se pela execução das atividades de guarda, gestão, segurança e acesso à documentação e informação institucional, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Arquivo Público Mineiro e pelo Conselho Estadual de Arquivos;

§ 5º - gerenciar e executar os serviços de protocolo, correspondência, reprografia, zeladoria, vigilância, limpeza, copa e manutenção de equipamentos e instalações;

§ 6º - acompanhar o consumo de insumos pelo Iepha-MG, com vistas à proposição de medidas de redução de despesas, segundo orientações da unidade central de sua área de atuação;

§ 7º - adotar medidas de sustentabilidade, tendo em vista a preservação e o respeito ao meio ambiente, observando princípios estabelecidos pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad e as diretrizes da Seplag.

IV –Núcleo de Modernização Institucional - NMI, tem por finalidade promover a modernização da gestão pública no âmbito do IEPHA-MG, competindo-lhe:

§ 1º - coordenar e normatizar a implantação de processos de modernização administrativa, articulando as funções de racionalização, organização, sistemas e métodos;

§ 2º - propor, coordenar e acompanhar projetos e iniciativas de inovação no modelo de gestão e no arranjo institucional setorial;

§ 3º - orientar, coordenar e implantar normas, sistemas e métodos de racionalização do trabalho;

§ 4º - coordenar o processo de diagnóstico, prospecção e difusão de soluções relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação;

§ 5º - executar a manutenção dos hardwares e a instalação de softwares, bem como fornecer suporte técnico ao usuário;

§ 6º - coordenar o processo de desenvolvimento e implementação de sítios eletrônicos e da intranet, respeitando os padrões de desenvolvimento e de prestação de serviços eletrônicos definidos pela Política Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC,

bem como monitorar os recursos de TIC e coordenar as atividades de diagnóstico, prospecção e difusão de novas soluções relacionadas à TIC;

§ 7º - propor e incentivar a implantação de soluções de Governança Eletrônica, apoiando a otimização dos processos e visando à melhoria contínua da qualidade dos serviços públicos e do atendimento ao cidadão, às empresas, aos servidores e ao governo, observando as diretrizes da Seplag;

§ 8º - emitir parecer técnico prévio quanto à aquisição e utilização de equipamentos, softwares, sistemas e mobiliário na área de informática, bem como sobre a adequação e reestruturação da respectiva rede lógica e elétrica.

Art. 3º - A presente designação não gera qualquer efeito ou acréscimo remuneratório.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 03 de abril de 2024  
MARÍLIA PALHAES MACHADO  
Presidente

05 1924877 - 1

O DIRETOR DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS DO INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS-PRÊMIO, nos termos do § 4º do art. 31, da CE/1989, para servidoraMasp 1.016.750-0, MARIA CRISTINA HARMENDANI TRIVELLATO, cargo efetivo de Analista de Gestão, Proteção e Restauro, Nível IV, Grau I, referente ao 7º (sétimo) quinquênio de exercício, a partir de 19 de fevereiro de 2024.

Belo Horizonte, 05 de abril de 2024.  
EDWILSON MARTINS  
Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças

05 1924681 - 1

## Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

Secretário: Fernando Passalio de Avelar

## Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - Jucemg

Presidente: Patrícia Vinte Di Iório

A Secretária Geral da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições delegadas pela Resolução JUCEMG nº 02 de 19/12/2023,RETIFICA no “Minas Gerais”, edição 23/05/1996, página 04, Diário do Executivo, o ato de Afastamento para Gozo de Férias Prêmio, referente ao servidor LAURO DE JESUS FILGUEIRAS,Masp 1047168-8, onde se lê:”por 01 mês, a partir de 18/11/1996”; leia-se: “por 01 mês, a partir de 11/11/1996”.

Belo Horizonte, 03 de abril de 2024  
Marinely de Paula Bomfim  
Secretária Geral da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

05 1924769 - 1

RESOLUÇÃO DO CGSIM Nº 03/2024

Define atividades de baixo risco no âmbito do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais para os fins da Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2019.

O COMITÊ GESTOR DA REDESIM-MG no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI e IX do art. 2º do Decreto nº 353, de 4 de julho de 2016, e tendo em vista deliberação em reunião ordinária do Comitê Gestor da Redesim-MG, realizada presencialmente em 26 de fevereiro de 2024, e

Considerando a Lei Federal nº 11.598, 3 de dezembro de 2007, que estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas e cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM;

Considerando a Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2019 que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, que estabelece normas de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica e disposições sobre a atuação do Estado como agente normativo e regulador, nos termos do inciso IV do caput do art. 1º, do parágrafo único do art. 170 e do caput do art. 174 da Constituição Federal;

Considerando o art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica e dispõe sobre a classificação das atividades nível de risco I - baixo risco, “baixo risco A”, risco leve, irrelevante ou inexistente, cujo efeito específico e exclusivo é dispensar a necessidade de todos os atos públicos de liberação da atividade econômica para plena e contínua operação e funcionamento do estabelecimento;

Considerando o Decreto Estadual n 48.036, de 10 de setembro de 2020, que regulamenta os dispositivos da Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, que tratam da liberdade econômica;

Considerando o Decreto Federal nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019, que regulamenta dispositivos da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, para dispor sobre os critérios e os procedimentos para a classificação de risco de atividade econômica e para fixar o prazo para aprovação tácita e altera o Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, para incluir elementos na Carta de Serviços ao Usuário;

Considerando a resolução CGSIM nº 60, de 12 de agosto de 2020, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas pelos Subcomitês estaduais do Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM nos Estados e no Distrito Federal;

Considerando o Decreto Estadual nº 353 de 04 de julho de 2016, que institui o Comitê Gestor da Rede para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios do Estado de Minas Gerais – REDESIM-MG;

Considerando normas estaduais que tratam do licenciamento do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais – CBMMG: Instrução Técnica nº 01 (10ª edição), alterada pela Portaria 72/2023 de 31 de agosto de 2023; do licenciamento sanitário: Resolução SES nº 8765 de 16 de maio de 2023; do licenciamento ambiental: Resolução Conjunta SEMAD/IEF/FEAM/IGAM nº 3107/2021 e do licenciamento do Instituto Mineiro de Agropecuária: Portaria IMA nº 2055, de 12 de maio de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovada a lista das atividades econômicas dispensadas de exigência de atos públicos de liberação, no âmbito do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, nos termos desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução visa abarcar o conceito de baixo risco para fins da dispensa de exigência de atos públicos de liberação para operação ou funcionamento de atividade econômica, no âmbito do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, conforme estabelecido no inciso I do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019.

§ 1º Para fins de padronização de redação, esta resolução incorpora a mesma denominação para classificação de risco presente nas normas federais e nas resoluções do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM, sendo:

I - nível de risco I - baixo risco, “baixo risco A”, risco leve, irrelevante ou inexistente: a classificação de atividades para os fins do inciso II do §1º art. 3º da Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, cujo efeito específico e exclusivo é dispensar a necessidade de todos os atos públicos de liberação da atividade econômica para plena e contínua operação e funcionamento do estabelecimento;

II - nível de risco II - médio risco, “baixo risco B” ou risco moderado: a classificação de atividades cujo grau de risco não seja considerado alto e que não se enquadrem no conceito de nível de risco I, baixo risco, “baixo risco A”, risco leve, irrelevante ou inexistente, disposto no inciso I do §1º artigo, cujo efeito é permitir, automaticamente após o ato do registro, a emissão de licenças, alvarás e similares mediante assinatura de termo de ciência e responsabilidade para início da operação do estabelecimento, conforme previsto no do art. 6º da Lei Federal nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007; e

III - nível de risco III - alto risco: atividades econômicas consideradas de risco elevado para atendimento aos requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios, conforme Resolução CGSIM nº 57 de 21 de maio de 2020;

§ 2º As atividades de nível de risco I, nos termos do inciso I do §1º deste artigo estão sujeitas à fiscalização prevista no §2º do art. 3º da Lei Federal nº 13.874, de 2019.

§ 3º As atividades de nível de risco II, nos termos do inciso II do §1º deste artigo, comportam vistoria posterior para o exercício contínuo e regular da atividade.

§ 4º As atividades de nível de risco III, nos termos do inciso II do §1º deste artigo, exigirão vistoria prévia para início da operação do estabelecimento.

§ 5º O uso ou não dos termos do caput, conforme suas disposições, pelo CGSIM, por entes federados ou por qualquer órgão da Administração, não altera o efeito específico para os quais eles foram definidos originariamente.

Art. 3º Para os fins desta resolução, em atenção ao inciso II do §1º do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, são consideradas de nível de risco I, para o efeito específico e exclusivo de dispensar a necessidade de atos públicos de liberação da atividade econômica, aquelas atividades que se qualifiquem, simultaneamente, como:

I - nível de risco I em prevenção contra incêndio e pânico na forma do caput do art. 4º desta resolução;

II - nível de risco I referente à segurança sanitária, ambiental e agropecuária incluindo sobre o ambiente do trabalho, e econômica, na forma do caput do art. 5º desta resolução.

§ 1º Se as atividades a que se referem o caput forem exercidas em zona urbana, somente serão qualificadas como de nível de risco I quando:

I – executadas em área sobre a qual o seu exercício é plenamente regular, conforme determinações do zoneamento urbano aplicável, incluindo a legislação municipal ou, nos termos do art. 7º Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, quando instaladas em área ou edificação desprovidas de regulação fundiária, imobiliária e edilícia, inclusive habite-se; ou

II – exploradas em estabelecimento inócuo ou virtual, assim entendida aquela:

a) exercida na residência do empresário, titular ou sócio, na hipótese em que a atividade não gere grande circulação de pessoas; ou

b) em que a atividade exercida for tipicamente digital, de modo que não exija estabelecimento físico para a sua operação.

§ 2º Se as atividades a que se referem o caput forem de competência de outro ente federativo, somente serão qualificadas como de nível de risco I quando forem assim classificadas pelos próprios órgãos responsáveis pela emissão do respectivo ato público de liberação de licenças e autorizações de funcionamento.

§ 3º Consideram-se também de nível de risco I, para os fins do caput, todas as demais atividades econômicas que, independentemente de sua natureza, que forem assim classificadas pelos próprios órgãos responsáveis pela emissão do respectivo ato público de liberação.

Art. 4º Para fins de prevenção contra incêndio e pânico, qualificam-se como de nível de risco I aquelas atividades realizadas:

I – Em domicílio fiscal, estabelecimento inócuo, virtual; ou

II – Em edificação ou espaço destinado ao uso coletivo que não exerça nenhuma das atividades de alto risco, conforme Instrução Técnica nº 01, 10ª edição, aprovada pela portaria nº. 72, de 31 de agosto de 2023 e, cumulativamente, for realizada:

a) em edificação com área construída igual ou inferior a 200 m² (duzentos metros quadrados);

b) em edificação com até 03 (três) pavimentos ou altura máxima de 12 (doze) metros;

c) em locais de reunião de público com lotação de até 100 (cem) pessoas;

d) em edificações sem subsolo ou, caso o possua, seja de uso exclusivo de estacionamento;

e) sem possuir líquido combustível ou inflamável, ainda que fracionado, em volume superior a 1000 L (mil litros);

f) sem possuir central de gás liquefeito de petróleo (GLP) acima de 190 kg (cento e noventa quilogramas);

g) em edificação que não componha o Patrimônio Histórico Cultural;

h) por pessoa física ou jurídica que não desenvolvam atividades na área de competência do CBMMG, conforme Lei nº 22.839, de 5 de janeiro de 2018;

§ 1º A área a ser considerada para definição do risco da empresa, salvo nos casos de estabelecimento inócuo ou virtual, é a área total da edificação ou espaço destinado a uso coletivo onde a empresa está instalada e não somente a área utilizada pela empresa.

§ 2º As pessoas físicas e jurídicas que desenvolvam atividades na área de competência do CBMMG e aquelas responsáveis pela comercialização, instalação, manutenção e conservação de aparelhos de segurança contra incêndio e pânico, serão classificadas como nível de risco III para fins de credenciamento e cadastramento junto ao CBMMG, conforme exigências da legislação específica.

§ 3º As atividades na área de competência do CBMMG, conforme o §2º deste artigo, são as relacionadas à prevenção e combate a incêndio e pânico, busca e salvamento e atendimento pré-hospitalar, a saber:

I – Brigada Profissional;

II – O Centro de Formação de brigadista orgânico, brigadista profissional, brigadista florestal e guarda-vidas civil;

III – A Brigada Florestal, quando de direito privado;

IV – A empresa de Prevenção Aquática;

V – A Equipe Voluntária de Atendimento Pré-hospitalar – EVAP.

Art. 5º Para fins de segurança sanitária, ambiental e agropecuária, qualificam-se como de nível de risco I - baixo risco, “baixo risco A”, risco leve, irrelevante ou inexistente as atividades constantes do Anexo I desta resolução.

§ 1º O Anexo I desta resolução é resultado da consolidação das atividades dispensadas de atos públicos de liberação no âmbito:

I – da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais – Vigilância Sanitária, conforme Resolução SES/MG nº 7.426, de 25 de fevereiro de 2021, alterada pela Resolução SES/MG nº 8765, de 16 de maio de 2023;

II – Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, conforme Resolução Conjunta Semad/IEF/Feam/Igam nº 3063, de 29 de março de 2021, alterada pela Resolução Conjunta Semad/IEF/Feam/Igam nº 3.107, de 07 de dezembro de 2021;

III - do Instituto Mineiro de Agropecuária, conforme Portaria IMA nº 2055, de 12 de maio de 2021;

§ 2º A Classificação de risco constante no Anexo I é de âmbito estadual e não substitui normas municipais e federais.

Parágrafo único. O anexo I contempla as atividades no âmbito da decisão administrativa da Vigilância Sanitária, da Sistema Estadual de Meio Ambiente e do Instituto Mineiro de Agropecuária.

Art. 6º Os empreendedores deverão, no ato do registro de suas atividades econômicas, observar as orientações e recomendações dos órgãos licenciadores a fim de que seu empreendimento seja classificado adequadamente quanto ao risco.

Parágrafo único. A dispensa dos atos públicos de liberação não exime o cumprimento das normas necessárias ao exercício das atividades.

Art. 7º Fica revogada a Resolução n.º 02, de 31 de maio de 2021, deste Comitê Gestor da Redesim-MG.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

\*Anexo disponível no site eletrônico da Redesim MG e da Jucemg.

Belo Horizonte, 01 de abril de 2024.

Patrícia Vinte Di Iório

Presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

05 1924717 - 1

PORTARIA Nº 021/2024

A Secretária Geral da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições delegadas pela Resolução da Presidente da Jucemg nº RD 002/2023, REGISTRA A CONCESSÃO DA GRATIFICAÇÃO ESPECIAL, a fim de regularização funcional, por não ter sido publicada à época, ao servidor LAURO DE JESUS FILGUEIRAS, Masp 1047168-8, cargo Auxiliar de Gestão e Registro Empresarial, símbolo AGRE, nível V, grau P, nos termos do art. 6º, da Lei nº 11.456 de 25/04/1994, a partir de 22/02/2000.

Belo Horizonte, 05 de abril de 2024

Marinely de Paula Bomfim

Secretária Geral da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

05 1924770 - 1

## Loteria do Estado de Minas Gerais - Lemg

Diretor-Geral: Ronan Edgard dos Santos Moreira

DEMONSTRATIVO DE DESPESA COM PESSOAL (Constituição Estadual, art.73, § 3º, acrescido pela EC Nº 61, de 23/12/03 art. 44 da Lei 14684, de 30/07/03) Referência 1º Trimestre de 2024 (Em Reais)							
Cargo Função	Nº de Servidores	Janeiro	Nº de Servidores	Fevereiro	Nº de Servidores	Março	Total Trimestral
Efetivos	09	84.925,88	09	80.205,19	09	74.113,49	239.244,56
Recrutamento Amplo	10	74.732,56	10	62.635,09	10	65.192,83	202.560,48
Inativos	43	161.282,56	43	159.942,29	43	159.942,29	481.167,14
Patronal	-	30.030,16	-	28.755,51	-	28.584,70	87.370,37
Total Geral	62	350.971,16	62	331.538,08	62	327.833,31	1.010.342,55